

POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E AUTONOMIA DOCENTE: ENTRE O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E A REGULAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

**CONTINUING PROFESSIONAL DEVELOPMENT POLICY AND TEACHER
AUTONOMY: BETWEEN PROFESSIONAL DEVELOPMENT AND THE
REGULATION OF PEDAGOGICAL WORK**

**POLÍTICA DE FORMACIÓN CONTINUA Y AUTONOMÍA DOCENTE: ENTRE EL
DESARROLLO PROFESIONAL Y LA REGULACIÓN DEL TRABAJO
PEDAGÓGICO**

Amanda Lima Ribeiro Flavio¹, Daniel Pulcherio Fensterseifer²

DOI: 10.54899/dcs.v23i92.6068

Recibido: 06/07/2026 | **Aceptado:** 07/07/2026 | **Publicación en línea:** 08/07/2026.

RESUMO

As políticas públicas de formação continuada de professores ocupam posição central nas reformas educacionais contemporâneas, sendo amplamente defendidas como estratégia de desenvolvimento profissional e melhoria da qualidade da educação. Entretanto, quando articuladas às racionalidades gerenciais que orientam parte das políticas educacionais atuais, essas iniciativas suscitam uma questão fundamental: a política de formação continuada para professores pedagogos das escolas estaduais ofertada pelo Estado de Mato Grosso potencializa ou lesiona o princípio da autonomia didática? É nesse debate que se insere o presente estudo, cujo objetivo consiste em analisar as implicações da política de formação continuada implementada pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT) para a autonomia docente. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em levantamento bibliográfico e análise documental das ementas dos cursos de formação continuada ofertados entre 2023 e 2025. Os dados foram examinados por meio da análise de conteúdo, tomando como categorias analíticas as políticas públicas, a formação continuada e a autonomia docente. A investigação evidencia que a política analisada não pode ser compreendida a partir de uma lógica dicotômica. Ao mesmo tempo em que amplia oportunidades de desenvolvimento profissional e fortalece o repertório pedagógico dos professores, também incorpora dispositivos de padronização, responsabilização e alinhamento às diretrizes institucionais que tensionam os espaços de autonomia profissional. Conclui-se que a formação continuada constitui um campo de disputas no qual desenvolvimento profissional e regulação coexistem, revelando a complexidade das políticas educacionais contemporâneas e a necessidade de processos formativos que conciliem qualificação docente, reflexão crítica e valorização da autonomia profissional.

¹ Especialização em Educação, União das Faculdades Católicas de Mato Grosso (UNIFACC), Cuabá, Mato Grosso, Brasil. E-mail: direcao.academica@unifacc.com.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9074-7789>

² Doutor em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: direcao.academica@unifacc.com.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0183-5451>

Palavras-chave: Políticas Públicas. Formação Continuada. Autonomia Docente.

ABSTRACT

Public policies for continuing teacher education occupy a central position in contemporary educational reforms and are widely advocated as strategies for professional development and the improvement of educational quality. However, when aligned with the managerial rationalities that underpin many current educational policies, these initiatives raise a fundamental question: does the continuing professional development policy for pedagogical coordinators in Mato Grosso State public schools strengthen or undermine the principle of teachers' pedagogical autonomy? It is within this debate that the present study is situated. Its objective is to analyze the implications of the continuing teacher education policy developed by the Mato Grosso State Department of Education (SEDUC-MT) for teacher autonomy. This qualitative, exploratory study is based on a bibliographic review and documentary analysis of the syllabi of continuing education courses offered between 2023 and 2025. The data were examined through content analysis, using public policies, continuing teacher education, and teacher autonomy as the main analytical categories. The findings indicate that the policy under investigation cannot be understood through a dichotomous perspective. While it expands opportunities for professional development and strengthens teachers' pedagogical repertoire, it also incorporates mechanisms of standardization, accountability, and alignment with institutional guidelines that place constraints on professional autonomy. The study concludes that continuing teacher education constitutes a contested field in which professional development and regulation coexist, revealing the complexity of contemporary educational policies and highlighting the need for teacher education processes that reconcile professional qualification, critical reflection, and the appreciation of teacher autonomy.

Keywords: Public Policies. Continuing Teacher Education. Teacher Autonomy.

RESUMEN

Las políticas públicas de formación continua del profesorado ocupan un lugar central en las reformas educativas contemporáneas y son ampliamente defendidas como una estrategia para el desarrollo profesional y la mejora de la calidad de la educación. Sin embargo, cuando se articulan con las racionalidades gerenciales que orientan parte de las políticas educativas actuales, estas iniciativas plantean una cuestión fundamental: la política de formación continua dirigida a los profesores pedagogos de las escuelas públicas estatales del Estado de Mato Grosso fortalece o debilita el principio de la autonomía didáctica? En este debate se inscribe el presente estudio, cuyo objetivo es analizar las implicaciones de la política de formación continua desarrollada por la Secretaría de Estado de Educación de Mato Grosso (SEDUC-MT) para la autonomía docente. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter exploratorio, fundamentada en una revisión bibliográfica y en el análisis documental de los programas de los cursos de formación continua ofrecidos entre 2023 y 2025. Los datos fueron examinados mediante la técnica de análisis de contenido, tomando como categorías analíticas las políticas públicas, la formación continua y la autonomía docente. Los resultados evidencian que la política analizada no puede comprenderse desde una lógica dicotómica. Al mismo tiempo que amplía las oportunidades de desarrollo profesional y fortalece el repertorio pedagógico del profesorado, también incorpora mecanismos de estandarización, rendición de cuentas y

alineación con las directrices institucionales que tensionan los espacios de autonomía profesional. Se concluye que la formación continua constituye un campo de disputas en el que coexisten el desarrollo profesional y la regulación, revelando la complejidad de las políticas educativas contemporáneas y la necesidad de procesos formativos que concilien la cualificación docente, la reflexión crítica y la valorización de la autonomía profesional.

Palabras clave: Políticas Públicas. Formación Continua del Profesorado. Autonomía Docente.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

As políticas públicas de formação continuada de professores ocupam posição estratégica nas reformas educacionais contemporâneas, sendo frequentemente apresentadas como mecanismos capazes de promover o desenvolvimento profissional docente e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica. No contexto brasileiro, essas políticas articulam processos formativos, diretrizes curriculares e mecanismos de acompanhamento do trabalho pedagógico, assumindo papel relevante na organização dos sistemas de ensino. Entretanto, à medida que se vinculam às racionalidades gerenciais que orientam parte das políticas educacionais contemporâneas, suscitam questionamentos acerca de seus efeitos sobre a autonomia docente, especialmente quando orientadas por princípios de padronização, responsabilização e performatividade.

A autonomia docente constitui elemento essencial da profissionalidade do professor, relacionando-se à capacidade de realizar escolhas pedagógicas fundamentadas nas necessidades concretas da escola, dos estudantes e do contexto educativo. Contudo, as reformas educacionais das últimas décadas, influenciadas por modelos gerencialistas e por mecanismos de regulação do trabalho docente, têm redefinido os processos de formação continuada, produzindo tensões entre desenvolvimento profissional e controle das práticas pedagógicas. Nesse cenário, compreender as relações entre formação continuada e autonomia docente torna-se fundamental para analisar os sentidos atribuídos às políticas educacionais e seus impactos sobre o exercício da docência.

No estado de Mato Grosso, a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-MT) reorganizou sua política de formação continuada por meio do Programa EducAção 10 Anos,

ampliando a oferta de cursos destinados aos profissionais da rede estadual de ensino. Embora essas iniciativas tenham como propósito fortalecer a prática pedagógica e qualificar o trabalho docente, permanecem em aberto questões relacionadas às concepções de formação que orientam essas ações e às suas implicações para a autonomia profissional dos professores. Diante desse contexto, este estudo parte da seguinte questão de pesquisa: a política de formação continuada da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso potencializa ou lesiona o princípio da autonomia didática dos professores pedagogos?

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar as implicações da política de formação continuada da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT) para a autonomia docente, tomando como corpus as ementas dos cursos ofertados entre 2023 e 2025. Para tanto, articula as categorias políticas públicas, formação continuada e autonomia docente, buscando compreender como as concepções presentes nas propostas formativas repercutem sobre o desenvolvimento profissional e sobre os espaços de decisão pedagógica dos professores. Ao discutir essas relações, o estudo contribui para o aprofundamento do debate acerca das políticas educacionais contemporâneas e oferece subsídios para a formulação de políticas de formação mais coerentes com as necessidades das escolas e com a valorização da profissionalidade docente. Os resultados evidenciam que a política analisada apresenta caráter ambivalente: ao mesmo tempo em que podem ampliar oportunidades de desenvolvimento profissional, também podem incorporar elementos de padronização e racionalidade técnico-instrumental que tensionam a autonomia docente, revelando que a formação continuada constitui um espaço de disputas no qual desenvolvimento profissional e regulação do trabalho coexistem.

Políticas Públicas de Formação Continuada e Autonomia Docente: Fundamentos para a Análise

Compreender as relações entre formação continuada e autonomia docente exige situá-las no âmbito das políticas públicas educacionais, uma vez que é por meio delas que se definem diretrizes, prioridades e estratégias para a organização dos sistemas de ensino. As políticas públicas não constituem apenas instrumentos normativos ou administrativos; representam escolhas políticas, econômicas e sociais que expressam concepções de Estado, de educação e de sociedade. Analisar a política de formação continuada implica reconhecer que ela é produzida

em determinado contexto histórico e atravessada por diferentes interesses, disputas e projetos educacionais. Nessa perspectiva, Boneti (2006) compreende as políticas públicas como resultado de processos dinâmicos de negociação entre diferentes atores sociais e institucionais, afastando-se da ideia de que sejam decisões neutras ou estritamente técnicas. Essa compreensão aproxima-se das contribuições de Mainardes (2009), para quem as políticas educacionais devem ser analisadas considerando seus diferentes contextos de influência, produção do texto e prática, evidenciando que uma política não se encerra em sua formulação normativa, mas adquire novos significados à medida que é interpretada e ressignificada pelos sujeitos responsáveis por sua materialização nas escolas.

Essa perspectiva é aprofundada pelas contribuições de Ball (2021), ao defender que as políticas educacionais não são implementadas de forma linear ou mecânica. Ao contrário, são permanentemente reinterpretadas pelos diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo, produzindo efeitos que frequentemente ultrapassam aqueles inicialmente previstos pelos formuladores das políticas. Desse modo, compreender uma política pública implica analisar não apenas seus documentos orientadores, mas também as concepções de educação, docência e profissionalidade que ela produz, legitima e dissemina. É nesse horizonte analítico que se insere a política de formação continuada da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT), tomada neste estudo como expressão de uma política pública cujos sentidos são construídos tanto nos documentos oficiais quanto nas práticas formativas que orienta.

Entre as estratégias mobilizadas pelas políticas educacionais para promover a melhoria da educação básica, destaca-se a formação continuada de professores. Entretanto, compreendê-la apenas como oferta de cursos ou atualização técnica significa reduzir sua complexidade. Para Nóvoa (1992), a formação deve reconhecer o professor como protagonista de seu próprio desenvolvimento profissional, valorizando os saberes produzidos no cotidiano escolar e fortalecendo processos colaborativos de aprendizagem. Em perspectiva convergente, Pimenta (2002) defende que a formação docente deve orientar-se por uma abordagem crítica e reflexiva, na qual o professor seja reconhecido como sujeito histórico e intelectual, e não mero executor de políticas formuladas externamente ao contexto escolar. Sob essa ótica, a responsabilização do Estado torna-se condição indispensável para a consolidação de políticas públicas comprometidas com a valorização da profissão docente e com a garantia de condições efetivas para o exercício da autonomia profissional. Complementando essa discussão, Tardif (2002) demonstra que os saberes docentes são plurais e resultam da articulação entre formação

acadêmica, experiência profissional e contexto de atuação, indicando que a prática docente não pode ser reduzida à simples aplicação de prescrições externas.

Essas perspectivas convergem ao reconhecer que a formação continuada ultrapassa a lógica do treinamento e da atualização instrumental. Trata-se de um processo capaz de favorecer a construção da identidade profissional, ampliar o repertório pedagógico e fortalecer a capacidade dos professores de analisar criticamente sua prática. Contudo, quando organizada prioritariamente para atender metas institucionais, indicadores de desempenho ou modelos padronizados de ensino, a formação pode assumir funções regulatórias, restringindo os espaços de decisão e de construção coletiva do trabalho docente.

É nesse ponto que a discussão sobre autonomia docente assume centralidade. Longe de representar independência absoluta ou atuação desvinculada das políticas educacionais, a autonomia constitui uma construção profissional, ética e coletiva, produzida nas relações estabelecidas entre professores, escola, sistema educacional e sociedade. Conforme argumenta Contreras (2002), a autonomia docente está associada à capacidade de o professor realizar julgamentos profissionais fundamentados, assumindo responsabilidade ética e política pelas decisões pedagógicas desenvolvidas no contexto escolar. Essa compreensão aproxima-se das contribuições de Tardif (2007), ao reconhecer que a autonomia se apoia na mobilização dos saberes docentes construídos ao longo da trajetória profissional, e dialoga com as análises de Ball (2003), ao evidenciar que políticas marcadas pela performatividade, pela responsabilização e pela padronização tendem a redefinir os espaços de atuação dos professores. Assim, embora a formação continuada possa favorecer processos de desenvolvimento profissional, ela também pode funcionar como mecanismo de regulação das práticas pedagógicas, especialmente quando privilegia modelos prescritivos de atuação docente.

Diante do exposto, políticas públicas, formação continuada e autonomia docente não constituem categorias independentes, mas dimensões inter-relacionadas que se influenciam mutuamente. As políticas públicas definem concepções de formação; a formação continuada materializa essas concepções nas ações desenvolvidas junto aos professores; e a forma como tais ações são organizadas repercute diretamente sobre os espaços de autonomia profissional. É na articulação entre essas três categorias analíticas que se fundamenta a análise desenvolvida neste estudo, possibilitando compreender as concepções de docência presentes na política de formação continuada da SEDUC-MT e suas implicações para a autonomia docente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Formação Continuada como Estratégia de Desenvolvimento Profissional

A análise das ementas dos cursos de formação continuada ofertados pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT), no período de 2023 a 2025, evidencia que a política estadual de formação se estrutura, em um primeiro momento, sob a perspectiva do desenvolvimento profissional docente. As propostas formativas contemplam diferentes áreas do conhecimento e abordam temas relacionados ao currículo, às metodologias de ensino, à avaliação da aprendizagem, à educação inclusiva, às tecnologias educacionais e à implementação de políticas públicas educacionais. Esse conjunto de temáticas revela uma política que busca fortalecer as competências profissionais dos docentes e responder às demandas contemporâneas da educação básica.

Essa configuração aproxima-se das concepções de formação continuada defendidas por Nóvoa (1992) e Tardif (2002), para os quais o desenvolvimento profissional ultrapassa a dimensão do aperfeiçoamento técnico e constitui um processo permanente de construção da profissionalidade docente. Nessa perspectiva, a formação continuada favorece a produção e a mobilização de saberes construídos na prática, amplia o repertório pedagógico dos professores e fortalece processos reflexivos indispensáveis ao exercício da docência. Mais do que transmitir conteúdos ou metodologias, a formação assume o papel de promover a aprendizagem profissional ao longo da carreira, reconhecendo os professores como sujeitos ativos na produção do conhecimento pedagógico.

Os documentos analisados evidenciam essa preocupação ao contemplarem conteúdos voltados ao planejamento pedagógico, à alfabetização, à inclusão escolar, às tecnologias digitais, ao currículo e à avaliação da aprendizagem. A diversidade temática presente nas ementas indica o esforço institucional em oferecer oportunidades permanentes de atualização profissional, buscando responder às transformações que caracterizam o cenário educacional contemporâneo. Sob esse aspecto, a política de formação continuada procura fortalecer capacidades relacionadas ao planejamento, à organização do trabalho pedagógico e ao enfrentamento dos desafios cotidianos vivenciados nas escolas da rede estadual.

À luz do referencial teórico adotado, tais características permitem compreender que a política analisada apresenta potencial para favorecer a autonomia docente. Ao ampliar o acesso

a conhecimentos especializados e incentivar processos de atualização profissional, a formação continuada contribui para o fortalecimento das capacidades intelectuais, pedagógicas e reflexivas necessárias ao exercício da docência. A formação, compreendida nessa perspectiva, deixa de assumir caráter meramente compensatório para constituir-se como dimensão permanente do desenvolvimento profissional, possibilitando aos professores ampliar sua capacidade de análise crítica, aperfeiçoar suas práticas e construir respostas pedagógicas mais contextualizadas às necessidades da escola. Entretanto, limitar a análise ao discurso presente nos documentos oficiais significaria reduzir a complexidade da política investigada. Conforme argumentam Ball (2021) e Mainardes (2009), as políticas públicas não podem ser compreendidas apenas pelos objetivos que enunciam, mas também pelas racionalidades que organizam sua implementação, orientam as práticas institucionais e produzem determinados modos de atuação profissional. Nessa perspectiva, torna-se necessário ultrapassar a dimensão declarada das propostas formativas para compreender como elas também expressam mecanismos de orientação e regulação do trabalho docente. É justamente essa dimensão que será apresentada na seção seguinte.

Indícios de Regulação do Trabalho Docente nas Ementas Analisadas

A análise das ementas evidencia que, embora a política de formação continuada da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT) seja apresentada como estratégia de desenvolvimento profissional e valorização docente, ela também incorpora elementos que aproximam os processos formativos de mecanismos de regulação do trabalho pedagógico. Essa constatação não decorre apenas dos objetivos explicitados nos documentos, mas também da forma como os cursos são organizados, dos conteúdos priorizados e das concepções de docência que orientam as propostas formativas.

Observa-se que parte significativa dos cursos está fortemente direcionada à implementação de programas institucionais, à difusão de diretrizes curriculares e ao alinhamento das práticas pedagógicas às prioridades estabelecidas pela política educacional estadual. Nessa perspectiva, a formação continuada deixa de representar apenas um espaço de atualização profissional para assumir, simultaneamente, a função de orientar modos específicos de organização do trabalho docente. As ementas analisadas apresentam objetivos previamente definidos, conteúdos estruturados a partir de referenciais institucionais e metodologias voltadas à operacionalização de políticas já estabelecidas, restringindo as possibilidades de

problematização das especificidades do contexto escolar e de construção coletiva dos processos formativos.

Essa configuração aproxima-se das análises desenvolvidas por Ball (2003; 2021) acerca da performatividade nas políticas educacionais contemporâneas. Para o autor, a intensificação de mecanismos de responsabilização, monitoramento e busca por resultados redefine o trabalho docente ao introduzir formas de regulação que, embora nem sempre explícitas, influenciam práticas pedagógicas, prioridades curriculares e modos de atuação profissional. Sob essa lógica, a formação continuada passa a constituir um importante dispositivo por meio do qual os sistemas educacionais difundem orientações, estabelecem expectativas e induzem determinadas formas de exercer a docência.

A análise realizada evidencia que essa racionalidade também se manifesta na política investigada. Ao privilegiar conteúdos, metodologias e orientações alinhadas às prioridades institucionais, as propostas formativas tendem a favorecer processos de homogeneização das práticas pedagógicas e de alinhamento das ações docentes aos objetivos definidos pelo sistema educacional. Isso não significa afirmar que a finalidade da política seja restringir deliberadamente a autonomia dos professores. Significa reconhecer que toda política pública de formação produz determinadas concepções de docência, estabelece prioridades e delimita referenciais que influenciam as possibilidades de decisão pedagógica e de construção da profissionalidade docente.

Essa interpretação converge com a compreensão de Contreras (2002), segundo a qual a autonomia docente não depende exclusivamente das capacidades individuais dos professores, mas das condições institucionais e políticas que possibilitam sua participação efetiva na definição dos processos educativos. Nessa perspectiva, quanto mais prescritivas e centralizadas forem as propostas formativas, menores tendem a ser os espaços destinados à reflexão crítica, ao diálogo com as experiências docentes e à construção coletiva do conhecimento pedagógico. Assim, os elementos analisados indicam que a política de formação continuada da SEDUC-MT não pode ser interpretada exclusivamente como estratégia de desenvolvimento profissional nem apenas como mecanismo de regulação do trabalho docente. A coexistência dessas duas dimensões evidencia a complexidade da política investigada e aponta para seu caráter ambivalente, cuja compreensão exige uma análise integrada das diferentes racionalidades que atravessam as políticas de formação docente.

A Ambivalência da Política de Formação da SEDUC-MT: entre Autonomia e Performatividade

Os resultados da análise evidenciam que a política de formação continuada objeto deste estudo não pode ser compreendida a partir de uma lógica dicotômica, segundo a qual a formação fortalece ou limita a autonomia docente. Ao contrário, os dados revelam uma realidade mais complexa, marcada pela coexistência de racionalidades que, simultaneamente, ampliam possibilidades de desenvolvimento profissional e incorporam mecanismos de regulação do trabalho pedagógico. Essa configuração demonstra que a política investigada produz efeitos múltiplos sobre a profissionalidade docente, exigindo uma interpretação capaz de reconhecer as tensões que atravessam as políticas educacionais contemporâneas. Essa ambivalência manifesta-se na própria organização das propostas formativas. Enquanto determinadas ações favorecem o aprofundamento teórico, a atualização pedagógica e a ampliação do repertório profissional dos docentes, outras apresentam forte orientação para a implementação de programas institucionais, para o alinhamento das práticas pedagógicas às diretrizes da rede estadual de ensino e para o acompanhamento sistemático do desempenho escolar. Desenvolvimento profissional e regulação, portanto, não se apresentam como dimensões excludentes, mas como processos que coexistem e se articulam na organização da política de formação continuada.

Essa interpretação converge com as contribuições de Ball (2021), Mainardes (2009) e Contreras (2002), ao evidenciar que as políticas educacionais produzem efeitos que extrapolam seus objetivos formalmente declarados. Ao mesmo tempo em que ampliam oportunidades de qualificação profissional, essas políticas também organizam práticas pedagógicas, estabelecem prioridades institucionais e redefinem as condições em que a autonomia docente pode ser exercida. Nessa perspectiva, a formação continuada deixa de ser compreendida exclusivamente como espaço de desenvolvimento profissional para constituir-se também como instrumento por meio do qual diferentes racionalidades educacionais orientam e regulam o trabalho docente.

Os resultados permitem responder ao problema de pesquisa inicialmente proposto ao demonstrar que a política analisada apresenta caráter essencialmente ambivalente. Ela potencializa a autonomia docente quando amplia conhecimentos, fortalece o repertório pedagógico e favorece processos permanentes de desenvolvimento profissional. Contudo, tende a restringir os espaços de autonomia quando privilegia perspectivas normativas, racionalidades

técnico-instrumentais e mecanismos de performatividade que orientam as práticas docentes segundo prioridades previamente estabelecidas pelo sistema educacional.

Essa compreensão reafirma que a autonomia docente não constitui atributo individual do professor, mas uma construção política, institucional e coletiva, permanentemente tensionada pelas formas de organização das políticas públicas de formação. Assim, mais do que responder se a política fortalece ou limita a autonomia, a análise evidencia que desenvolvimento profissional e regulação coexistem em permanente tensão, constituindo a principal característica da política investigada e reforçando a necessidade de políticas de formação que conciliem qualificação profissional, reflexão crítica e ampliação dos espaços de participação docente.

CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar as implicações da política de formação continuada da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT) para a autonomia docente, tomando como objeto de análise as ementas dos cursos ofertados entre os anos de 2023 e 2025.

A partir da articulação entre políticas públicas, formação continuada e autonomia docente, buscou-se compreender de que modo as propostas formativas potencializam o desenvolvimento profissional dos professores e, simultaneamente, incorporam mecanismos de regulação do trabalho pedagógico.

Os resultados evidenciaram que a política analisada apresenta caráter ambivalente: de um lado, constitui importante estratégia de desenvolvimento profissional ao ampliar oportunidades de atualização pedagógica, favorecer o acesso a novos conhecimentos e fortalecer o repertório técnico e didático dos professores; de outro, incorpora elementos característicos das políticas educacionais contemporâneas orientadas pela performatividade, pela padronização e pela responsabilização, produzindo formas de regulação que influenciam os espaços de decisão e de construção coletiva do trabalho docente. Essa constatação reforça que a autonomia não pode ser compreendida como atributo individual do professor, mas como uma construção produzida nas relações entre políticas públicas, condições institucionais e exercício da profissionalidade docente.

Os achados também reafirmam que as políticas de formação continuada extrapolam a dimensão técnica da qualificação profissional. Ao mesmo tempo em que promovem processos

de aprendizagem e desenvolvimento, produzem determinadas concepções de docência e orientam modos específicos de organização do trabalho pedagógico. Nessa perspectiva, compreender a formação continuada implica reconhecer seu papel como espaço de disputas entre diferentes projetos de educação, nos quais coexistem possibilidades de fortalecimento da autonomia profissional e mecanismos de alinhamento às racionalidades gerenciais presentes nas políticas educacionais.

A principal contribuição deste estudo consiste em evidenciar que os efeitos das políticas públicas de formação continuada não podem ser compreendidos a partir de uma lógica dicotômica, segundo a qual tais políticas apenas fortalecem ou limitam a autonomia docente. Ao contrário, os resultados indicam que desenvolvimento profissional e regulação constituem dimensões que coexistem e se tensionam mutuamente, revelando a complexidade das políticas educacionais contemporâneas. Essa compreensão amplia o debate sobre formação continuada e autonomia docente ao evidenciar que a valorização profissional depende não apenas da oferta de oportunidades formativas, mas também da criação de condições institucionais que favoreçam a reflexão crítica, a participação docente e a construção coletiva das práticas pedagógicas.

Por fim, reconhece-se que esta investigação se concentrou na análise documental das ementas dos cursos de formação continuada, delimitando um recorte específico da política analisada. Embora esse procedimento tenha possibilitado compreender as concepções que orientam as propostas formativas, não permite apreender como essas formações são apropriadas pelos professores no cotidiano escolar. Nesse sentido, pesquisas futuras poderão incorporar a perspectiva dos docentes por meio de entrevistas, grupos focais ou estudos de campo, ampliando a compreensão sobre os efeitos das políticas de formação continuada na construção da autonomia profissional e do desenvolvimento docente.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. **The teacher's soul and the terrors of performativity**. *Journal of Education Policy*, London, v. 18, n. 2, p. 215-228, 2003.

BALL, Stephen J. **The Education Debate**. 4. ed. Bristol: Policy Press, 2021.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.
CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, J. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. *Contrapontos*, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 4-16, jan./abr 2009.

NÓVOA, António (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PIMENTA, Selma Garrido. **Professor reflexivo: construindo uma crítica**. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.